Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Aviso n.º 6869/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade dos funcionários do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Da organização da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma.

27 de Fevereiro de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 7144/2007

Por meu despacho de 9 de Fevereiro de 2007, foi ao licenciado Alexandre Fraga Pires renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, a sua comissão de serviço para exercício das funções de consultor do Departamento de Política Legislativa e Planeamento, do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 7145/2007

Por meu despacho de 21 de Fevereiro de 2007, foi Sílvia Marina Leite de Sousa Noronha e Osório nomeada, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 7146/2007

Por meu despacho de 12 de Março de 2007, foi Vítor Manuel Almeida Francisco Brito nomeado, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnico de informática de grau 3, nível 1, do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Março de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 7147/2007

Por meu despacho de 19 de Março de 2007, foi o mestre José Miguel de Faria Alves de Brito nomeado, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultor do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 19 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Março de 2007. — A Directora, *Rita Brasil de Brito.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto da Água

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Aviso n.º 6870/2007

Discussão pública — Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca

O Dr. Orlando Borges, presidente do Instituto da Água, em cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, faz saber que, entre 23 de Abril e 5 de Junho de 2007 e no âmbito da discussão pública, fica patente para consulta o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca no *site* do Instituto da Água (http://www.inag.pt) e também nos seguintes locais:

Instituto da Água, Avenida do Almirante Gago Coutinho, 30, 1049-066 Lisboa; telefone: 218430000; fax: 218430469; *e-mail:* inforag@inag.pt;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro; telefone: 289895200; fax: 289807623;

Câmara Municipal de Monchique, Travessa da Portela, 8550-470 Monchique; telefone: 282910200; fax: 282912810;

Câmara Municipal de Silves, Largo do Município, 8300-117 Silves; telefone: 282440800; fax: 282440850;

Junta de Freguesia de Alferce, Rua do Adro, 8, 8550-011 Alferce; telefone: 282912126; fax: 282911295;

Junta de Freguesia de São Marcos da Serra, Largo da Igreja, 8375-252 São Marcos da Serra; telefone: 282442642; fax: 282361645;

Junta de Freguesia de Silves, Rua de João de Deus, 21, 8300-161 Silves; telefone: 282442642; fax: 282441445.

Os interessados deverão apresentar os seus contributos por escrito, sendo os mesmos entregues nos locais supramencionados.

Durante o período da discussão pública terão lugar duas sessões públicas de esclarecimento com o seguinte calendário:

No dia 11 de Maio de 2007, pelas 18 horas, na Junta de Freguesia de São Marcos da Serra, concelho de Silves;

No dia 25 de Maio de 2007, pelas 18 horas, na Casa do Povo de Alferce, concelho de Monchique.

23 de Março de 2007. — O Presidente do Instituto da Água, *Orlando Borges.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7148/2007

Na sequência da profunda reforma do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), que urge implementar e que passa por alterações significativas ao modelo organizacional dos serviços, nomeadamente no reforço da política de descentralização, e de modo a realçar a importância política dos serviços desconcentrados, estabeleço, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 3.º e nos artigos 9.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, e nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o seguinte quadro de funcionamento e de delegação de competências:

1 — Despacham directamente com o Ministro os seguintes serviços, institutos e comissões:

a) Gabinete de Planeamento e Políticas;
b) Secretaria-Geral;
c) Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
d) Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
e) Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
f) Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
g) Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
h) Direcção-Geral de Veterinária;
i) Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
j) Fundo Florestal Permanente;
l) Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P.;
m) Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.;
n) Comissões vitivinícolas regionais;
o) Comissão de Planeamento da Agricultura, Pescas e Alimentação de Emergência.